

# ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2024.04.02.01 Processo Administrativo nº 00010.20240102/0012-04

# 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

DESCRIÇÃO

SEQ

1.1. AQUISIÇÕES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CRAS (RAIMUNDA ALVES DA SILVA) EM SUA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DO SEU TERRITÓRIO E OFERTA DE PAIF; SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E DEMAIS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS, OS QUAIS ESTÃO VINCULADOS A SECRETARIA DE PROTEÇÃO SOCIAL..., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

# 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

			UND
1	VEÍCULO AUTOMOTOR	1,00	UND
diantei único válvula unitária rpm; to torque transm dianteii lâmina pneus: dimens 1457 m reboque mínima média (gasolir equipar para to faróis o conducir seguram dos retrinterno	zero-quilômetro na cor branca com: propulsão: combustão; combuta no mínimo 3 anos; configuração: picape; porte: compacto, lugal ira; disposição: transversal; alimentação: injeção multiponto; cilind no cabeçote; acionamento do comando: corrente; variação do cas por cilindro: 2; diâmetro do cilindro: 70 mm; curso do pistão: da: 333 cm³; deslocamento: 1332 cm³; potência máxima: 107 cv(álcocorque máximo: 13,7kgfm (álcool) e 13,2 kgfm (gasolina), regime toro específico: 10,3 kgfm/ litro; peso/torque: 85,7 kg/kgfm; potência específico: 10,3 kgfm/ litro; peso/torque: 85,7 kg/kgfm; potência esissão: tração: dianteira; câmbio: manual; marchas: 5; acoplameira: indep., mcpherson; elemento elástico: mola helicoidal; traseira: única, freios: dianteiros: disco ventilado; traseiros: tambor. direção dianteiros: 205/60 r15; altura do flanco: 123 mm; traseiros: 205/60 r36es: comprimento: 4480 mm; largura: 1732 mm; distância entre entre interese dia completa de compositive: 55 litros; caçue sem freio: 400 kg; ângulo de entrada: 23,2 graus; ângulo de sa do solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 4400 kg; ângulo de entrada: 23,2 graus; ângulo de sa do solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168 km/h; ace ado solo: 210 mm. desempenho: velocidade máxima: 168	res: (cinco) 5; portas: (quatro) cros: 4 em linha ou superior; cros: 4 em linha ou superior; cros: 4 em linha ou superior; cros: 6,5 mm; razão de compressãol) e 98cv (gasolina); regime pot pue máximo: 4000 rpm; peso/ piespecífica: 80,3cv/litro; rotação ento: embreagem monodisco eixo rígido; elemento elástico: io: assistência: elétrica; diâmel r15; altura do flanco: 123 mm; eltrac 2737 mm; altura: 1595 m amba: 844 litros; peso: 1174 kg ida: 28,4 graus; ângulo central eleração 0-100 km/l: 11,2 s. com média 10 km/l (álcool) e eixodoviária: 550 km (álcool) e eixodoviária:	4; motor: instalação: prando de válvulas: tuchos: hidráulicos; o: 13,2:1; cilindrada lência máxima: 6250 otência: 10,97 kg/cv; máxima: 6500 rpm. a seco. suspensão; mola parabólica de tro de giro: 10,7 m. estepe: 125/80 r16. mr. bitola dianteira: ; carga útil: 650 kg; l: 21,6 graus; altura nsumo: urbano: em m média 14,3 km/l 787 km (gasolina). cintos de 3 pontos ração; faróis de led; al das portas; luz de ente de partida em ico; zonas de arem altura; cintos de eiros; ajuste elétrico

2	VEÍCULO AUTOMOTOR	R								3.00				
	motor:									1,00			UND	
														1.3
	cilindrada:						1.332							cm <sup>3</sup>
	cilindros:			4					em					linha
	válvulas:													16
	potência máxima:	98,0	CV	(g)	а	6.000	rpm	/	107,0	cv	(e)	а	6.250	rpm
•	torque máximo: 1	3,2	kgf.m	(g)	а	4.250	rpm	1	13,7	kgf.m	(e)	a	4.000	rpm
	velocidade			máxi	ma:				17	В				km/h
	transmissão:		manu	al			de			5			veloc	idades
	tração:													enteira



elétric								direção:	•
r1			95/60	19				pneus:	•
fle							el:	combustíve	•
litro	47		ustível:	comb		de		tanque	•
litro			370				s:	porta-mala:	•
								portas:	•
								lugares:	•
abasteciment	de	1	bocal	do		elétrica		abertura	•
de altura	egulagem	re	com	dianteiros	1	cabeç	de	apoios	•
de altur	regulagem	com	3) c	eiros (3	tras	cabeça	de	apoios	
digita	е			tomático	а		nado	ar-condicion	
de altura	iem	regulag	n	con	otorista	n	do	banco	
teto	no			nais	longitud			barras	
light								brake	•
telecomando	om	c		canivete		tipo		chave	
no volante	trumentos	ins	de	painel	е	áudio	de	comandos	
ade média e tempo de			o instantán	édio, consumo	onsumo m	distância, c	r de bordo (	computador	
ade media e tempo de	orma, velocia	er, accom							percurs
								conta-giros	
temporizador	com	ro	traseir	ridro		do	dor	desembação	
led			m	er				faróis	
ebd		com			abs			freios	
home"		me			"follow			função	
de marcha)	troca	2 1	de	(indicador	or	indicat	shift	gear	
fiat flag	е	fiat	logo	com	al	norm	preta	grade	
anque auxiliar)	em ta	o s	frio	da a	part	de	(sistema	hcss	
em rampa)	•	partida	e	de	assistente	(	holder	hill	
parcial)	е		(total	(	tal	digi		hodômetro	
trocas de faixa)	indicando	setas	to das	acionament	r para	ao auxilia	ige (funça	lane chan	
led	n	en		3	traseir			lanterna	
drl								led	
intermitência	com	-brisa	para-	do	ador	lav	е	limpador	
control)		(cruise			tomático	au		piloto	
es do veículo em tft	e informaçõe	alendário (	digital, ca	com relógio	ifuncional	s 3,5" mult	nstrumentos	quadro de ir izável	ersonali
m led	e	terais	iat	seta		de		repetidores	
tilt down	função		elétrica	egulagem	m	105 (	extern	retrovisores	
ciic down	· drigato	_	na	er parale letter same i de 664 y	ernos	ext		retrovisores	
proto	cor		5.3.3					rodae	
preta	cor	6.0	×	r16		aço	de	rodas	
om calotas		6,0	×			aço	de	tc+	
om calotas locker)	co		c	(electroni	1		de elétricas		
om calotas		tomático	c	(electroni travamento	n e trass	aço cor anteiros	elétricas	tc+ travas	



	airbags	(4)		frontal	(2),	tóra	e e	ca	beça	(2
	alarme								ant	tifurt
	alertas	de	limite	de	velocidad	e e	mar	utenção	progra	mad
	alerta de	não utlilizaç	ão do cinto de	segurança (	5) - motori	sta, passag	eiro dianteiro	e passage		
	asr		(controle		eletrônio		d			açã
	cintos	de segura	ança dianteiro	os retráte	eis de	3 pont	os com	regulagem		altur
	cintos	de	segurança	traseiro	s re	tráteis	(3)	de	3 р	onto
	drive	by	wire	(cor	ntrole	eletrô	nico	de	aceler	ação
	esp		(controle		eletrônico		de		estabilio	dad
	espelho	no	para-sol	(2	)	- ,	motorista	e	passa	geir
	ess	(sina	lização	de	f	renagem	c	le	emergê	ncia
	estepe								tempo	orár
	gancho	universa	para	fixação	de	cadeira	para	crianç	ças (is	sofix
	itpms	(m	onitoramento		de	pressa	io	dos	pr	neus
	alto	falantes	dianteiros	(2),	alto f	alantes	traseiros	(2)	e ar	nten
uetooth	central mon, mp3,	ultimídia con rádio a	n tela de 8,4" m/fm, entrad	touchscreen a auxiliar	, apple ca , porta	r play e ar usb (:	ndroid auto 1 2): usb	wireless, co tipo a	mandos de e tipo	voz
	usb		tras	seira			(tipo			a

TEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	VEÍCULO AUTOMOTOR	1.0	UND

Carro zero-quilômetro na cor branca com: Propulsão: combustáo; Combustível: flex (álcool/gasolina); Procedência: nacional; Garantia: no mínimo 3 anos; Configuração: picape; Porte: compacto; Lugares: (Cinco) 5; Portas: (Quatro) 4; MOTOR: Instalação: dianteira; Disposição: transversal; Alimentação: injeção multiponto; Cilindros: 4 em linha ou superior; Comando de válvulas: único no cabeçote; Acionamento do comando: corrente; Variação do comando: admissão e escape; Tuchos: hidráulicos; Válvulas por cilindro: 2; Diâmetro do cilindro: 70 mm; Curso do pistão: 86,5 mm; Razão de compressão: 13,2:1; Cilindrada unitária: 333 cm³; Deslocamento: 1332 cm³; Potência máxima: 10,7cv(álcool) e 98cv (gasolina); Regime potência máxima: 6250 rpm; Torque máximo: 13,7kgfm (álcool) e 13,2 kgfm (gasolina); Regime torque máximo: 4000 rpm; Peso/ potência: 10,97 kg/cv; Torque específico: 10,3 kgfm/ litro: Peso/torque: 85,7 kg/kgfm; Potência específica: 80,3cv/litro; Rotação máxima: 6500 rpm. TRANSMISSÃO: Tração: dianteira; Câmbio: Manual; Marchas: 5; Acoplamento: embreagem monodisco a seco. SUSPENSÃO; Dianteira: indep., McPherson; Elemento Elástico: mola helicoidal; Traseira: eixo rígido; Elemento elástico: mola parabólica de lâmina única. FREIOS: Dianteiros: disco ventilado; Traseiros: tambor. DIREÇÃO: Assistência: elétrica; Diâmetro de giro: 10,7 m. PNEUS: Dianteiros: 205/60 R15; Altura do flanco: 123 mm; Traseiros: 205/60 R15; Altura do flanco: 123 mm; Traseiros: 205/60 R15; Altura do flanco: 123 mm; Bitola dianteira: 1457 mm; Bitola traseira: 1480 mm; Tanque de combustível: 55 litros; Caçamba: 844 litros; Peso: 1174 kg; Carga útil: 650 kg; Reboque sem freio: 400 kg; Ángulo de entrada: 23,2 graus; Ángulo de saída: 28,4 graus; Ángulo central: 21,6 graus; Altura mínima do solo: 210 mm. DESEMPENHO: Velocidade máxima: 168 km/h; Aceleração 0-100 km/h: 11,2 s. CONSUMO: Urbano: em média 10 km/l (álcool) e em média 12,5 km/l (gasolina): Rodoviária: 550 km (álcool) e 787 km (gasolina). EQUIPAMENTOS: SEGURANÇA: freios ABS; Airbags frontais; Air

2 VEÍCULO A	TOMOTOR	1.0	UND
Motor:			1.3



	CW L	2.5								
	Cilindrada:			1	.332					cm
	Cilindros:		4			em			1	linha
	Válvulas:									16
	Potência máxima:	98,0 cv	(G) a	6.000	rpm /	107,0	cv	(E) a	6.250	rpm
	Torque máximo:	13,2 kgf.m	(G) a	4.250	rpm /	13,7 k	gf.m	(E) a	4.000	rpm
	Velocidade		máxima:			178			k	km/h
•	Transmissão:	Manua	al		de		5		velocida	ade
•	Tração:								Diant	teira
	Direção:				10				Elét	trica
	Pneus:			195/	60					R16
	Combustível:									Flex
	Tanque	de		combus	tível:		47		li	itros
	Porta-malas:				370					itros
	Portas:									4
	Lugares:									5
	Abertura	elétrica	do		bocal		de		abastecime	
	Apoios de	cabeça	diante	eiros	com	regula	agem	de		tura
	Apoios de	cabeça	traseiros	(3)	com	n re	gulagen	n de	e alt	tura
	Ar-condicionado		automáti	ico		е				gital
	Banco do	moto	rista	com		regulagem		de		tura
	Barras	for	ngitudinais			no				teto
	Brake									ight
	Chave	tipo	4	canivete		com			telecomar	
	Comandos de	áudio	е	painel	de	instrun	nentos	no	vola	
• percurs	Computador de Bordo	(distância, consu	ımo médio,	consumo	instantâneo,	autonomia	, veloci	dade médi	a e tempo	de
	Conta-giros									
	Desembaçador	do	vidro		traseiro		com		temporiza	d
	Faróis			em			com			ED
	Freios	£	ABS			com				BD
	Função	"F	ollow			me			Hon	
	Gear Shift	Indicator	(ind	icador	de	troc	2	de		
	Grade Preta	normal	com		ogo	Fiat			march	
	HCSS (Sistema	de	partida	a	frio		е	Fiat		lag
	Hill holder		stente	de	1110	sem		tanque	auxili	
	Hodômetro	digital			otal	partida		em	ramp	
		nção auxiliar	para ac	ionamento		setar i-	e licando		parci	
	Lanterna		traseira	ament	das		псапао	trocas	de faix	
	LED		e agen a			em				ED
	Limpador e	lavado		da	200					RL
	Piloto			do	para-br		com		intermitên	
		autom		a attace of		(Cruise		4	Contr	2345
	Quadro de instrumentos			o digital, c			do veíc	ulo em TFT	personalizáv	/el
	Repetidores	de	seta		latera	ais		em	LI	ED



pre calot Locke km jament altui
calot Locke km, ament altu
Locke km jament altui
km, jameni altui (2
altu
altu
(:
intifur
ramad
ros (
tração
altur
ponto
eração
ilidade
sageir
gência
porário
SOFIX
pneus
Antena
etooth,
A
-

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
- 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



# 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

# 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

# 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante , em quantitativo especificado pelo Contratante.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: .

## 6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5°do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim .
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para



apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as



medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

- 6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- **6.11**. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

# 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:
  - a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito,



para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- 7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.
- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.
- 8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR



- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Item.
- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação Jurídica

- 8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede:
- 8.5. Microempreendedor Individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



# Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- 1 Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
- II Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)  $\div$  (Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e



- III Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).
- 8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Soivência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

#### Qualificação Técnica

- 8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado , ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor .
- 8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

# 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1.O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:
  - I os quantitativos e os saldos;
  - II as solicitações de adesão; e
  - III o remanejamento das quantidades.
- 9.2.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis,



que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
- 9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- 102. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

General Sampaio/CE, 09 de abril de 2024